

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.582.043
Preferenciais	0
Total	48.582.043
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	13.118	12.986	12.575
1.01	Ativo Circulante	4.167	5.200	4.776
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.644	3.631	3.410
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.107	965
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.107	965
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	1.107	965
1.01.06	Tributos a Recuperar	506	402	340
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	506	402	340
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	506	402	340
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17	60	61
1.01.08.03	Outros	17	60	61
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	17	55	57
1.01.08.03.02	Outros	0	5	4
1.02	Ativo Não Circulante	8.951	7.786	7.799
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.211	35	34
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.211	0	1
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.211	0	1
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	35	33
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	35	33
1.02.02	Investimentos	7.740	7.751	7.765
1.02.02.01	Participações Societárias	7.740	7.751	7.765
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.740	7.751	7.765

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	13.118	12.986	12.575
2.01	Passivo Circulante	2	3	11
2.01.02	Fornecedores	2	2	7
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2	2	7
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	1	4
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1	4
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	0	1	4
2.03	Patrimônio Líquido	13.116	12.983	12.564
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.869	-5.983	-6.402
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-19	-19

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-230	-5	62
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-274	-216	-171
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	44	211	233
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-230	-5	62
3.06	Resultado Financeiro	382	466	165
3.06.01	Receitas Financeiras	417	533	229
3.06.02	Despesas Financeiras	-35	-67	-64
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152	461	227
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19	-42	0
3.08.01	Corrente	-19	-42	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	133	419	227
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	133	419	227
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,00001	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0,00001	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	133	419	227
4.03	Resultado Abrangente do Período	133	419	227

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24	137	-83
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89	208	-6
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	133	419	227
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-44	-211	-233
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65	-71	-77
6.01.02.01	Tributos	-70	-67	-55
6.01.02.03	Outras Contas Ativas e Passivas	5	1	-4
6.01.02.04	Fornecedor	0	-5	-18
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11	84	3.486
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-104	-141	-63
6.02.02	Redução de Capital na Investida	0	0	3.062
6.02.03	Dividendos Recebidos	93	225	487
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13	221	3.403
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.631	3.410	7
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.644	3.631	3.410

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	133	0	133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133	0	133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-19	19	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.869	0	13.116

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	419	0	419
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	419	0	419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.629	0	12.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227	-19	208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227	0	227
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19	-19
5.05.02.07	Perda na aquisição de investimento Serranby	0	0	0	0	-19	-19
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-251	-184	-124
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-251	-183	-123
7.02.04	Outros	0	-1	-1
7.03	Valor Adicionado Bruto	-251	-184	-124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-251	-184	-124
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	461	744	462
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	44	211	233
7.06.02	Receitas Financeiras	417	533	229
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	210	560	338
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	210	560	338
7.08.01	Pessoal	23	25	29
7.08.01.01	Remuneração Direta	19	21	24
7.08.01.02	Benefícios	0	4	5
7.08.01.04	Outros	4	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19	49	13
7.08.02.01	Federais	19	49	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35	67	69
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	5
7.08.03.03	Outras	35	67	64
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	133	419	227
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	133	419	227

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	41.731	42.094	41.755
1.01	Ativo Circulante	40.520	41.800	41.461
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.194	29.076	9.748
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.107	21.172
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.107	21.172
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	1.107	21.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.326	11.607	10.471
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.326	11.607	10.471
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	12.326	11.607	10.471
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	10	70
1.01.08.03	Outros	0	10	70
1.01.08.03.02	Outros	0	10	70
1.02	Ativo Não Circulante	1.211	294	294
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.211	293	292
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.211	0	1
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.211	0	1
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	35	33
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	35	33
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	258	258
1.02.01.07.01	Depósitos Judiciais	111	258	258
1.02.01.07.02	Provisão para perda	-111	0	0
1.02.03	Imobilizado	0	1	2

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	41.731	42.094	41.755
2.01	Passivo Circulante	262	580	663
2.01.02	Fornecedores	16	116	205
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16	116	205
2.01.03	Obrigações Fiscais	8	92	93
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8	92	93
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8	92	93
2.01.05	Outras Obrigações	238	372	365
2.01.05.02	Outros	238	372	365
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	238	372	365
2.02	Passivo Não Circulante	413	298	280
2.02.02	Outras Obrigações	413	298	280
2.02.02.02	Outros	413	298	280
2.02.02.02.03	Imposto de Renda a Pagar	413	298	280
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	41.056	41.216	40.812
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.869	-5.983	-6.402
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-19	-19
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	27.940	28.233	28.248

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.589	-1.608	-1.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.378	-1.608	-1.437
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	59	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-270	0	-1
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.589	-1.608	-1.438
3.06	Resultado Financeiro	3.058	4.044	3.858
3.06.01	Receitas Financeiras	3.225	4.368	4.627
3.06.02	Despesas Financeiras	-167	-324	-769
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.469	2.436	2.420
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-434	-567	-681
3.08.01	Corrente	-434	-567	-681
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.035	1.869	1.739
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.035	1.869	1.739
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	133	419	227
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	902	1.450	1.512
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00003	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00003	0,00001	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.035	1.869	1.739
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.035	1.869	1.739
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	133	419	227
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	902	1.450	1.512

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	562	723	1.222
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	65	420	229
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	133	419	227
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	0	1	2
6.01.01.03	Provisão para Cobertura de Passivo a Descoberto	-85	0	0
6.01.01.05	Provisão para perda depósitos judiciais	17	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	497	303	993
6.01.02.01	Tributos	-653	-1.120	-532
6.01.02.02	Aumento/Diminuição de Impostos Contribuições a Pagar	-4	0	0
6.01.02.03	Outras Contas Ativas e Passivas	253	60	99
6.01.02.04	Fornecedor	3	-87	-86
6.01.02.05	Participação de Acionistas não controladores	902	1.450	1.512
6.01.02.06	Redução provisões trabalhistas e previdenciarias	-4	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-117	20.066	28.436
6.02.01	Incorporação	-13	0	0
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-104	20.066	19.806
6.02.03	Redução de Capital Investida	0	0	8.630
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.327	-1.461	-30.684
6.03.01	Redução de Capital	0	0	-27.178
6.03.02	Dividendos e JSCP Pagos	-1.327	-1.461	-3.506
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-882	19.328	-1.026
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.076	9.748	10.774
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.194	29.076	9.748

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983	28.233	41.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983	28.233	41.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-1.195	-1.195
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.195	-1.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	133	0	133	902	1.035
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133	0	133	902	1.035
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-19	19	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.869	0	13.116	27.940	41.056

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	419	0	419	-15	404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	419	0	419	1.450	1.869
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-1.465	-1.465
5.05.02.06	Participação de Acionistas não Controladores sobre variações do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-1.465	-1.465
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983	28.233	41.216

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227	-19	208	-20.012	-19.804
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227	0	227	1.512	1.739
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19	-19	-21.524	-21.543
5.05.02.06	Participação de acionistas não controladores sobre variações do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-21.501	-21.501
5.05.02.07	Perda na aquisição de investimento Serranby (reflexa)	0	0	0	0	-19	-19	-23	-42
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.491	-1.408	-803
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.213	-1.397	-796
7.02.04	Outros	-278	-11	-7
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.491	-1.408	-803
7.04	Retenções	0	-1	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.491	-1.409	-805
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.284	4.368	4.627
7.06.02	Receitas Financeiras	3.225	4.368	4.627
7.06.03	Outros	59	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.793	2.959	3.822
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.793	2.959	3.822
7.08.01	Pessoal	155	143	192
7.08.01.01	Remuneração Direta	134	138	170
7.08.01.02	Benefícios	0	5	22
7.08.01.03	F.G.T.S.	5	0	0
7.08.01.04	Outros	16	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	435	623	1.097
7.08.02.01	Federais	435	623	1.097
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	168	324	794
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	25
7.08.03.03	Outras	168	324	769
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.035	1.869	1.739
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	133	419	227
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	902	1.450	1.512

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.****CNPJ/MF nº 01.957.772/0001-89****NIRE 33.3.00165576****Companhia Aberta****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(em milhares de reais)**

Senhores Acionistas,

A administração da Sul 116 Participações S.A. ("Sul 116" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

→ Atividades da Companhia e Aspectos Societários

Sul 116 tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A.; (ii) Futuretel S.A.; e (iii) Zain Participações S.A.

Nos três últimos exercícios sociais, a Sul 116 e suas controladas não investiram nem desenvolveram qualquer negócio operacional, razão pela qual as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 apresentam somente as receitas financeiras auferidas no âmbito de nossas aplicações financeiras, despesas associadas à manutenção da sua estrutura societária e itens relacionados.

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$41.056, enquanto suas disponibilidades consolidadas somavam R\$28.194. Na mesma data, a dívida bruta consolidada totalizava R\$675. O índice expresso pela divisão da dívida bruta sobre patrimônio líquido e participação de minoritários era de 2,39% em 31 de dezembro de 2012, comparado a 2,13% em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado era de R\$18.985 (mesmo valor em 31/12/2011), representado por 48.582.043.390 (quarenta e oito bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, quarenta e três mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

→ Auto de Infração lavrado contra Newtel

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ('RFB') lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, que, posteriormente, transformou-se no Processo nº 16682.720256/2010-25, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. O valor total do auto de infração, atualizado até dezembro de 2012 é de R\$ 86.215.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Tal recurso foi apreciado em julho de 2012, pelo CARF, tendo sido julgado inteiramente improcedente. Em 18 de outubro de 2012, Newtel recebeu a intimação desta decisão e, conforme opinião de seus assessores legais, interpôs recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). A admissibilidade do referido recurso está pendente de análise pelo CSRF.

Caso o recurso de Newtel não seja admitido ou indeferido, a Companhia poderá optar por questionar a lavratura do AI em esfera judicial. Nesse caso, Newtel deverá depositar integralmente o valor contestado afim de evitar a inscrição do débito no cadastro da Dívida Ativa da União.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nesta demanda são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

→ Auto de Infração lavrado contra Zain

Em 31 de maio de 2011, a RFB lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139- 0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, Zain apresentou impugnação contra o referido auto de infração. O julgamento do processo em epígrafe foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguarda-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em setembro de 2012, o valor atualizado do auto de infração era de R\$42.391.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos de Zain, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nesta demanda são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

→ Investimentos em Controladas e Coligadas

A Sul 116 é uma sociedade de capital aberto que possui o controle acionário direto de Futuretel S.A., Invitel Legacy S.A. e Zain Participações S.A. e indireto de Newtel Participações S.A.

→ Diretores

Os Diretores da Companhia, Srs. Kevin Michael Altit e Alberto Ribeiro Güth foram eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de agosto de 2011.

→ Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista que, nos três últimos exercícios, a Companhia não desenvolveu nem deteve investimentos em sociedades que desenvolvam atividades operacionais, sua capacidade de geração de caixa é limitada às suas receitas financeiras, suas receitas advindas da recuperação de créditos fiscais e de dividendos recebidos de suas controladas.

O endividamento da Companhia, referente aos três últimos exercícios, deriva, principalmente, das despesas gerais e administrativas e dos tributos a recolher.

A Companhia não teve dívidas de longo prazo nos últimos três exercícios. Considerando o perfil de endividamento da Companhia e o seu fluxo de caixa, acreditamos que todos os compromissos financeiros assumidos pela Sul 116 para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2013 serão honrados em seus devidos vencimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

→ Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento nos últimos três exercícios foram: (i) aplicações financeiras, cujos rendimentos estão usualmente vinculados à variação do CDI; (ii) dividendos pagos pela controlada Futuretel; e (iii) aportes de capital realizados por seus acionistas.

O resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 totalizou lucro no montante de R\$1.035 e foi basicamente determinado pela equivalência patrimonial de suas controladas, pelo rendimento de aplicações financeiras e pelas despesas gerais e administrativas na manutenção de suas operações.

Atualmente, a Companhia e suas controladas não desenvolvem projetos de investimento e não possuem geração de caixa operacional, motivos pelos quais a administração da Companhia entende não ser necessário e conveniente contrair empréstimos ou financiamentos para quaisquer fins.

→ Receitas (despesas) operacionais

A conta de receitas (despesas) operacionais no consolidado passou de uma despesa de R\$1.608 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para uma despesa de R\$1.589 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação positiva decorre, principalmente, do resultado positivo de (equivalência patrimonial de suas controladas).

→ Despesas gerais e administrativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1.378 mil, sofrendo uma redução de 14% em relação aos R\$1.608 mil verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, resultado despesas geradas para manutenção da Companhia e as controladas.

→ Receitas (despesas) financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, as receitas financeiras totalizaram R\$3.225 mil, sofrendo uma redução de 26% em relação aos R\$4.368 mil verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, resultado do rendimento de aplicações financeiras oriundas da aplicação dos recursos recebidos de sua controlada Futuretel.

As despesas financeiras totalizaram R\$167 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sofrendo uma redução de 48% contra os R\$324 mil verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi resultado, basicamente, do aumento das taxas de fiscalização cobradas.

→ Outras despesas operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 as outras despesas operacionais totalizaram R\$ 211 mil sofrendo um aumento quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 onde não ocorreram outras despesas operacionais.

→ Resultado da Companhia

O lucro líquido totalizou R\$1.035 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sofrendo uma redução de 44,62% contra os R\$ 1.869 mil verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, determinado pelo resultado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

positivo de equivalência patrimonial em suas controladas, pelo rendimento de aplicações financeiras, deduzidos das pelas despesas gerais e administrativas na manutenção de suas operações.

→ Sucessão de Garantia - Fiança

Na qualidade de sucessora de Telpart, incorporada por Newtel em 29 de abril de 2008, Newtel passou a figurar como parte no Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória (“Fiança”) celebrado com o Banco ABN AMRO Real S.A. em 1º de abril de 2008, tendo como beneficiário a Vivo, no valor de R\$75.000. Como uma das contrapartidas à concessão da Fiança, Newtel ofereceu em garantia debêntures em montante equivalente a 100% do valor afiançado.

A Fiança foi constituída com vencimento inicial em 1º de maio de 2009, em cumprimento à Cláusula 8.5 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 2 de agosto de 2008 e aditado em 20 de março de 2008, entre a Telpart, na qualidade de vendedora, e a Vivo (“Contrato”), por meio do qual foi alienada a totalidade das ações de emissão de Telemig Celular Participações S.A. (“Telemig Participações”) e Tele Norte Celular Participações S.A. (“Tele Norte”) detidas por Telpart. Telemig Participações e Tele Norte eram, à época, controladoras diretas de Telemig e Amazônia, respectivamente.

Em abril de 2009, em cumprimento ao Contrato, Newtel contratou nova fiança bancária, em substituição à pactuada em 2008, tendo o Banco Itaú BBA S.A. como contraparte e garantindo o valor de R\$37.500.

Em 29 de março de 2010, ainda em cumprimento ao Contrato, Newtel contratou nova fiança bancária, mantendo-se o Banco Itaú BBA S.A. como contraparte e alterando-se o valor afiançado para R\$18.750, com remuneração de 103,5% do CDI e vencimento em 28 de abril de 2011. Em decorrência desta nova contratação a Newtel recebeu, na forma de liberação de garantia, o valor de R\$21.601, que reflete a redução do valor afiançado e dos encargos financeiros relacionados à operação.

Em 28 de abril de 2011, ocorreu o vencimento da fiança bancária contratada em 29 de março de 2010, não havendo mais prorrogação da mesma, conforme previsto na Fiança.

Em decorrência do vencimento, Newtel recebeu, na forma da liberação da garantia, o valor de R\$20.949 que foi creditado em sua conta corrente no dia 05 de maio de 2011, correspondente ao valor afiançado e encargos financeiros correspondentes.

→ Processo Administrativo de Controlada - Fiança

Em 25 de abril de 2008, a Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. (“Argolis”) celebrado com a Telemar Participações S.A. (“Telemar”), era garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações (“IIFIP”), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”) no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que era parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008.

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente debêntures emitidas pela Dibens Leasing S.A. de sua propriedade. As debêntures são atualizadas a 99,5% da variação do CDI

Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

→ Remuneração aos Acionistas

Por conta da absorção integral do lucro do exercício pelos prejuízos acumulados, não será destinado qualquer montante para pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

→ Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, Directa Auditores, não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2013

Sul 116 Participações S.A.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) InvitelLegacy S.A. ("InvitelLegacy"); (ii) Futuretel S.A. ("Futuretel"); e (iii) Zain Participações S.A. ("Zain").

Até janeiro de 2013, a Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A. ("Telemar") em 25 de abril de 2008, era garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações ("IIFIP"), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que era parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e InvitelLegacy. A Companhia detém, ainda, participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. ("Newtel").

A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação e investimentos da controladora

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, Futuretel, Zain e InvitelLegacy, em cujos capitais sociais a Companhia detém participação de 46,38%, 45,85% e 34,33%, respectivamente, e de Newtel, controlada direta de Futuretel, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e sua controlada direta: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos; (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos; e (iii) efeitos de transações relevantes.

2.5. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

2.6. Demonstração do Resultado Abrangente

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 45.

d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorra nos doze meses subsequente. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

g) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo sua apresentação nas informações intermediárias e requerida pelas normas expedidas pela Comissão de

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Demonstrações financeiras e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

j) Provisão e passivo contingente

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, sendo o reembolso virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável, um ativo é reconhecido.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja realizada para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação opinião dos assessores legais externos, a qual se fundamenta nas evidências disponíveis, hierarquia entre as normas aplicáveis, a jurisprudência sobre o tema em discussão e as decisões mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Bancos		122		520

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras	3.644	3.509	28.194	28.556
Total	3.644	3.631	28.194	29.076

As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por 2.247,35324 cotas do Fundo Corp Plus DI do Banco Itaú.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Banco Itaú	1.211	1.107	1.211	1.107
	1.211	1.107	1.211	1.107

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA (vide nota explicativa nº 1), em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente debêntures emitidas pela Dibens Leasing S.A. de sua propriedade. As debêntures são atualizadas a 99,5% da variação do CDI

Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	504	381	12.317	11.503
Outros	2	56	9	139
Total	506	437	12.326	11.642
Circulante	506	402	12.326	11.607
Não circulante		35		35

O saldo de tributos a recuperar registrado no balanço patrimonial da Companhia (indicado na tabela acima) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, em função da consolidação dos montantes registrados por Zain e Futuretel nessa rubrica.

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia planeja efetuar pedidos de restituição em data próxima ao encerramento do prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. Até a presente data, a Companhia não realizou pedido de restituição, considerando que nenhum dos créditos que compõem o referido saldo está próximo do término do prazo decadencial.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia é indeterminado, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Seguem resumidos abaixo os detalhes da participação nas controladas diretas Futuretel, Zain e InvitelLegacy:

Futuretel	
2012	2011

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Participação no capital	46,38%	46,38%
Capital social	10.288	10.288
Patrimônio Líquido	10.844	10.816
Lucro do período	147	498

Zain

	2012	2011
Participação no capital	45,85%	45,85%
Capital social	20.187	20.187
Patrimônio líquido	5.214	5.207
Lucro(prejuízo) do período	7	(5)

Invitel

	2012	2011
Participação no capital	34,33%	34,33%
Capital social	2.000	2.000
Patrimônio líquido	929	1.010
Prejuízo do período	(80)	(52)

	Futuretel	Invitel	Zain	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.016	347	2.388	7.751
Dividendos recebidos	(55)			(55)
Equivalência patrimonial	69	(28)	3	44
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.030	319	2.391	7.740

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda Pessoa Jurídica			413	369
Contribuição social sobre o lucro líquido			8	13

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Outros		1		8
Total		1	421	390
Circulante		1	8	92
Não Circulante			413	298

A controlada indireta Newtel, no decorrer do exercício de 2008, incorporou sua controlada Telpart Participações S.A. Nesse processo, dentre as obrigações tributárias oriundas daquela sociedade, sobreveio um saldo de R\$ 200, correspondente ao imposto de renda da pessoa jurídica do exercício de 2005.

Atualmente, o referido débito monta a R\$ 413 (R\$ 298 em 31 de dezembro 2011) e a Companhia está estudando a formação do débito e analisando possíveis formas de compensação ou mesmo recolhimento do saldo.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**9.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado era de R\$18.985, representado por 48.582.043.390 (quarenta e oito bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, quarenta e três mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal, sendo que 881.137 (oitocentas e oitenta e uma mil, cento e trinta e sete) ações estão em tesouraria (sendo o mesmo valor e quantidade de ações em 31/12/2011).

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos mil reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

9.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia apurou lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$133, que foi absorvido integralmente pelos prejuízos acumulados, conforme estabelecido no art. 189 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, consequentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$12 e R\$7, (R\$26 e R\$16 em 30 de dezembro de 2011), respectivamente.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 30 de setembro de 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	152	461	1.469	2.436
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(52)	(157)	(500)	-828
Equivalência patrimonial	64	72		
Compensação do Prejuízo Fiscal	11	26	201	265
Crédito tributário diferido não contabilizado				18
Outras	(42)	17	(135)	14
Impostos de renda e contribuição social no resultado do período	(19)	(42)	(434)	(567)
Alíquota Efetiva	12%	9%	29%	23%

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$670 (R\$703 em 31/12/2011). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

11. RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	393	502	2.457	3.390
Receita de juros e outras receitas financeiras	24	31	768	978
	417	533	3.225	4.368
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(35)	(67)	(167)	(324)
	(35)	(67)	(167)	(324)
Resultado financeiro líquido	382	466	3.058	4.044

12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação. O lucro e a quantidade média ponderada em milhares de ações, utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do período		
Ações Ordinárias	133	419
Media Ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações	48.582.043	48.582.043
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro por ação (centavos por ação)		
Ações Ordinárias	0,000003	0,000009

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE (CONSOLIDADO)

a) Controlada indireta Newtel

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ('RFB') lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, que, posteriormente, transformou-se no Processo nº 16682.720256/2010-25, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. O valor total do auto de infração, atualizado até dezembro de 2012 é de R\$ 86.215.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Tal recurso foi apreciado em julho de 2012, pelo CARF, tendo sido julgado inteiramente improcedente. Em 18 de outubro de 2012, Newtel recebeu a intimação desta decisão e, conforme opinião de seus assessores legais, tendo interposto recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). A admissibilidade do referido recurso está pendente de análise pelo CSRF.

Caso o recurso de Newtel não seja admitido ou indeferido, a Companhia poderá optar por questionar a lavratura do AI em esfera judicial. Nesse caso, Newtel deverá depositar integralmente o valor contestado a fim de evitar a inscrição do débito no cadastro da Dívida Ativa da União.

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal nº 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor de R\$ 2.439, com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2011, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2012, Newtel apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), instância administrativa final, e aguarda julgamento. Caso a decisão desfavorável seja mantida, Newtel deverá fazer o pagamento dos tributos referentes ao montante compensado ou litigar na esfera judicial. O valor atualizado do processo até dezembro de 2012 era de R\$ 2.550.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo nº 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Em dezembro de 2012 os débitos discutidos representavam R\$1.482. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual ainda não foi apreciada pela RFB.

Por fim, Newtel é parte do Processo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 206. Em dezembro de 2012, o valor atualizado do processo era de R\$241.

Os advogados da Companhia responsáveis por estas demandas classificaram como possíveis as expectativas de perdas, e portanto não foram constituídas provisões para estes montantes.

b) Controlada direta Zain

Em 31 de maio de 2011, a RFB lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, Zain apresentou impugnação contra o referido auto de infração. O julgamento do processo em epígrafe foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguarda-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em dezembro de 2012, o valor atualizado do auto de infração era de R\$42.390.

Os advogados de Zain responsáveis por esta demanda classificaram como possível a probabilidade de perda do processo acima referido, e, por essa razão, não foi constituída provisão para tal montante.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

Derivativos

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros do Conselho de Administração, em 08 de março de 2013, tomaram conhecimento das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e autorizaram a sua divulgação, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

16. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	31/12/2012	31/12/2011
Data de aprovação pela A.G.O.	30/04/2012	29/04/2011
Montante global	50	50
Pagamento Efetivo	23	21

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Sul 116 Participações S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001137/O-0

Anderson Amorim de Amorim

CRC-RJ 051.323./O-6

Contador

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia possui como únicos propósitos a participação nas controladas diretas Futuretel S.A., Zain Participações S.A. e Invitel Legacy S.A. e a garantia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações. As controladas diretas e indiretas não possuem atividades operacionais, exceto pelo fato da controlada indireta Newtel Participações S.A. ser garantidora do Contrato de Compra e Venda de Alienação de Ações da Telemig Celular Participações S.A. e Telenorte Celular Participações S.A., e da controlada direta Invitel Legacy S.A. que realiza a gestão dos direitos e obrigações decorrentes da alienação do controle indireto da Brasil Telecom Participações S.A.. A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, e não refletem eventuais ajustes nos ativos e passivos no caso de liquidação, principalmente com respeito ao saldo de tributos a recuperar no montante de R\$ 506 mil, controladora, e R\$ 12.326 mil no consolidado (Nota 6), que dependem de lucratividade futura ou de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Conforme mencionado na Nota 13, em 31 de dezembro de 2012, a controlada direta Zain Participações e a controlada indireta Newtel Participações S.A. possuem contingências fiscais com risco de perda possível nos montantes estimados de R\$ 42.390mil e R\$ 90.488 mil, respectivamente. A capacidade financeira da Companhia poderá vir a ser afetada, caso o desfecho das referidas contingências seja distinto do risco atual considerado.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de março de 2012, com ênfases sobre os mesmos assuntos deste relatório.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2013.

CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Sul 116 Participações S.A., companhia aberta, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 311, Sala 523 (parte), Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.242.478/0001-81 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2013.

Kevin Michael Altit
Diretor Administrativo, Econômico-Financeiro
e de Dados

Alberto Ribeiro Guth
Diretora de Operações e de
Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Sul 116 Participações S.A., companhia aberta, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 311, Sala 523 (parte), Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.242.478/0001-81 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2013.

Kevin Michael Altit
Diretor Administrativo, Econômico-Financeiro
e de Dados

Alberto Ribeiro Guth
Diretora de Operações e de
Relações com Investidores